

ATA Nº 083

1

2 Aos quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte, as quatorze horas, realizou-se a
3 reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - -CMDCA em forma
4 remota, através do aplicativo Google Meet com os seguintes presentes: Kelly Botega Fortunato,
5 Silvana Zardo, Isabel C.V. Cardoso, Camille Gonçalves Felix, Rosani Mendes Izidorio, Charla Flor
6 Antunes, Meri Tanchella, Jamile, Sandra Regina Nazário, Cintia Nowasco, Silvana M. Castro,
7 visitantes : Soraia Bittencourt (representante hospital), Beatriz Gomes (representante Renapsi),
8 Guilherme Cechellero (assessor CMDCA), justifica-se ausencia das conselheiras suplentes, por
9 motivo de participação em curso, Thaise R. Paes e Lilian Folchini. A Presidente, Sra. Kelly B.
10 Fortunato inicia os trabalhos, cumprimenta a todos presentes e faz leitura da pauta da reunião:
11 **Correspondências Recebidas** : . Ofício nº 596/CT – Encaminha relatório de atendimento mês de
12 Setembro; . E-mail CEDCA – Informando sobre Capacitação Unificada do Conselho Tutelar; .
13 Ofício 0482/2020/MP – Despacho de indeferimento de instauração; . Circular nº 068/2020 CJI -
14 Informa curso dia 19/10/2020, gratuito “Marco Legal da Primeira Infância”; . Sistema depósito
15 judicial R\$ 366,45 Fia; Relatório preliminar da XI Conferência Estadual; . Retorno dos
16 questionários da Comissão do FIA das entidades: STAN, Joanna de Angelis, Lar da Menina,
17 Combemtu, APAE, Lira, Pequenos Leoninos; . Ofício nº 268/2020/HNSC – Projeto “Nas mãos de
18 quem ama”; . E-mail Graarc em resposta a correspondência recebida. E-mail da Renapsi em
19 resposta a correspondência recebida. Apostilamento da Joanna de Angelis. Participação de Crianças
20 e Adolescentes na reunião do CMDCA. **Correspondências Expedidas**: . Ofício nº 017/2020
21 CMDCA/MP – Solicitando orientações acerca da manutenção do art. 90. 3º da resolução 24/2019; .
22 Encaminhamento questionário da Comissão do FIA às entidades; Parecer nº 01 - Comissão
23 Inscrição defere pedido renovação de inscrição CRAS Passagem; Parecer nº 02 - Comissão
24 Inscrição defere pedido renovação inscrição do CASEP; Parecer nº 03 – Comissão Inscrição defere
25 pedido renovação Sai Bem Viver; Parecer nº 06 – Comissão Inscrição / Lar da Menina solicitando
26 documentações; Parecer nº 07 – Comissão Inscrição de Entidades / Apae solicitando
27 documentações. Parecer nº 08 – Comissão Analise de Entidades / Afidev – solicitando
28 documentação, Parecer nº 09 – Comissão Inscrição de Entidades / Vida e Arte – solicitando
29 informações; Parecer nº 10 – Comissão Análise de Entidades / Stan – solicitando documentação;
30 Parecer nº 11 – Comissão Análise de Entidades / Renapsi – solicitando informações e convidando
31 para participar da reunião. Atestado funcionamento – Combemtu; Declaração regularidade – Ciec;
32 E-mail Graarc – convidando apresentar os trabalhos da entidade na reunião. Resolução nº 43/2020:
33 Dispõe da aprovação de renovação de inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional Sai Bem
34 Viver; Resolução nº 4/2020: Dispõe sobre aprovação do pagamento do curso Sipiá/CT para os
35 membros do Conselho Tutelar com recurso do Fia. **Prestações de Contas** : Sociedade Lira
36 Tubaronense; Lar da Menina; Joanna de Angelis; Vida e Arte; Projeto Desenvolvendo
37 Potencialidades (Vida e Arte). **Assuntos Gerais**: Conferência Estadual, Editais 2021, Pareceres de
38 análise de revogação inscrição, Devolutiva do curso Escuta Especializada, Relatório Conselho
39 Tutelar, Assessoria Guilherme Cechellero; Resolução nº 24, Reunião CMDCA / Conselho Tutelar
40 (saúde, educação). Lendo prosseguimento a Presidente retorna ao Ofício nº 268/2020 – HNSC, que
41 dispõe do Projeto Chancela “Nas mãos de quem ama”, sendo já aprovado anteriormente pelo
42 CMDCA, porém a entidade necessita readequar seu Plano de Trabalho, motivo que justifica sua
43 presença na reunião. Na sequência passa a palavra a conselheira Isabel Cardoso para
44 a conselheira explica que o Ofício nº 268, trata do Projeto chancela da entidade de

46 entidade possui um prazo limite de captação de recursos para o projeto de dois anos. Continuando,
47 esclarece que, o prazo limite vence no dia seis de dezembro, e a Instituição não captou o valor total
48 do projeto, apenas quatrocentos e vinte cinco mil, devido a este motivo traz ao conselho para
49 aprovação do Plano de Trabalho para que seja utilizado quatrocentos e vinte cinco mil que é o valor
50 arrecadado. Após esclarecimentos, a Presidente questiona o interesse de inclusão de assunto a pauta
51 por parte dos conselheiros. A conselheira Sandra Nazário se manifesta, para inclusão acerca do
52 Termo de Apostilamento da Joanna de Angelis e comissão do Fia, onde é confirmado pela
53 Presidente a inclusão e sem mais nenhuma manifestação segue a reunião, retomando a pauta do
54 Projeto chancela "Nas mãos de quem ama", com a representante do Hospital Sra. Soraia Bittencourt
55 apresentando o Projeto; Sra. Soraia cumprimenta a todos presentes, agradecendo a oportunidade,
56 justificando ausência do Sr. Fábio Teixeira (Diretor Executivo) que não pode se fazer presente
57 devido a uma reunião de Diretoria Corporativa. Após a Sra. Soraia utilizando-se da ferramenta de
58 compartilhamento de tela, apresentou as mudanças do projeto; onde expõe inicialmente que em
59 2018 quando aprovado e o que foi pensado em termos mudança não somente na questão financeira
60 (captação), mas também referente as obras. Na continuidade coloca informações sobre o Projeto :
61 benefícios, impacto na região, etapas do projeto, onde contempla 1º etapa contempla área de apoio
62 assistencial, 2º etapa: estrutura física dos leitos. Sra Soraia esclarece que o Projeto previa a
63 readequação completa do espaço para atender a legislação vigente, a compra de novos
64 equipamentos e ampliação da unidade com capacidade para atender até 20 crianças e adolescentes.
65 Porém ao longo dos dois anos de captação de recursos, o HNSC percebeu a necessidade de realizar
66 adequação no plano original considerando algumas variáveis. Em primeiro lugar, em função da
67 complexidade do serviço prestado pela UTI, será necessário fazer o projeto em 4 etapas para garantir
68 que o atendimento da UTI Neonatal não seja interrompido durante as reformas e assegurar a
69 qualidade e segurança das crianças no período de internação. Após esclarecimentos por parte do
70 Hospital Nossa Senhora da Conceição a Presidente agradece a Sra. Soraia pelas contribuições e
71 coloca que o Projeto foi apresentado ao conselho em 2018 com valor total de Dez milhões.
72 englobando valor total das quatro fases do projeto, sendo que em Dezembro se encerra o prazo de
73 captação, porém não houve a possibilidade deste montante na arrecadação e no entendimento do
74 hospital seria mais viável dividir este projeto em quatro menores. Diante disto foi sugerido para a
75 entidade fazer apresentação desta proposta ao Conselho, sendo que não muda o projeto nem o
76 objeto, porém somente será realizado em etapas. A Presidente esclarece que cada fase do projeto a
77 entidade (HNSC) deve representar aos conselheiros sendo que o prazo limite é 02 anos para
78 captação para cada fase. A conselheira Sandra questiona a prestação de contas, sendo que o prazo
79 limite de captação seria 31/12/2020. A Presidente esclarece que o hospital não recebeu o recurso,
80 apenas esta na fase de captação. A conselheira Isabel esclarece que o hospital teria de 06/12/2018 à
81 2020 para arrecadar o valor total de Dez milhões, porém no início da Pandemia a entidade procurou
82 a Fundação colocando que não tinham condições de arrecadar o valor total até Dezembro, foi
83 sugerido readequar a proposta para utilizarem o recurso que foi captado. O ofício enviado ao
84 Conselho dispõe desta situação. A conselheira Sra. Sandra Nazário se manifesta colocando que a
85 Sra. Silvana Zardo possa esclarecer sua dúvida. A conselheira Sra. Silvana coloca dificuldades de
86 arrecadação de recursos que entende ser inteligente e adaptar o projeto a realidade da situação
87 atual de captação, pois as empresas apresentam resistência e que seria medida bastante salutar,
88 possibilitar o andamento deste projeto que trará benefícios à comunidade. A Presidente sugere
89 reapresentação do Projeto e o cronograma de desembolso da 1º etapa. O assessor Guilherme
90 Cechellero elogia a apresentação do Hospital e contribui com a reflexão que o CMDCA deveria

92 construção e adaptação de estruturas, haja visto o valor do recurso alto, saindo do Fundo Municipal
93 da Criança e do Adolescente. A Presidente coloca em votação a qual foi aprovado a alteração Plano
94 de Trabalho referente ao Projeto chancelado HNSC "Nas mãos de quem ama". A conselheira
95 Silvana questiona sobre o prazo de readequação do Projeto. Dando sequência, Sra. Kelly
96 cumprimenta a representante da Renapsi e coloca que como não houve confirmação ao convite do
97 Conselho para se fazer presente na reunião e em razão disso, podendo-se confirmar a inclusão na
98 próxima reunião ordinária do conselho. A representante da Renapsi Sra. Beatriz, coloca que foi
99 confirmada sua presença através de e-mail para secretaria executiva. A secretaria dos conselhos
100 repassou que a Instituição colocou que faria entrega dos documentos, porém não confirmou
101 presença; caso haja tempo se abri espaço para a Instituição. A Conselheira Sandra solicita a
102 Presidente o espaço para colocar acerca do apostilamento de Joanna de Angelis; justificando que
103 precisa de quorum para aprovação e caso o assunto seja trazido a plenária, no final da reunião pode
104 ter como realizar votação. Diante do exposto a Presidente concede a conselheira adiantar a pauta. A
105 conselheira Sandra Nazário apresenta sobre o Termo de Apostilamento informando que não houve
106 mudança objeto, valores e encaminhado através do protocolo e que tem a resposta da procuradoria.
107 Dando continuidade a conselheira coloca que resumidamente o termo de apostilamento trata da
108 funcionária Sra. Marina que está em licença maternidade desde o dia 05 de Outubro, e que em
109 Dezembro deverá ser feita rescisão; e o valor usado para sua rescisão, haja visto que esta grávida e
110 será pago salário de Janeiro e parte de Fevereiro adiantado em Dezembro e parte do valor de
111 Fevereiro e Março seria usado recurso da entidade, a conselheira coloca que no seu entendimento a
112 Procuradoria não é desfavorável, porém necessita da aprovação do conselho. A Presidente esclarece
113 que conforme deliberado na última reunião, o termo de apostilamento foi encaminhado a
114 Procuradoria, sendo que a mesma foi favorável. Continuando Sra. Kelly esclarece que o parecer foi
115 favorável, porém, não trouxe nenhuma informação quanto da legalidade da solicitação, sendo
116 necessário novo parecer. A Conselheira Isabel Cardoso se coloca que a Procuradoria manifestou-se
117 acerca do pedido de apostilamento e não ao conteúdo do apostilamento e para segurança do
118 conselho necessita-se deste parecer; sendo que o Termo de Fomento acaba em Dezembro e o
119 pedido é pagamento em Janeiro e Fevereiro. A conselheira Silvana Zardo se manifesta favorável a
120 conselheira Isabel, colocando que o conselho precisa da emissão do Parecer da Procuradoria para
121 deliberação, ficando acordado que tão logo se tenha resposta da Procuradoria se agende uma
122 extraordinária com esta pauta. Dando continuidade a pauta a Presidente expõe acerca da Resolução
123 24 que trata dos procedimentos administrativos junto ao Conselho para inscrição, renovação,
124 registro das entidades e serviços governamentais, coloca que, após uma releitura da resolução houve
125 necessidade de alteração em alguns pontos. Foram feitas estas modificações e enviado aos
126 conselheiros para manifestação, porém apenas a conselheira Silvana Zardo se manifestou. Diante
127 desta manifestação a resolução foi encaminhada ao Jurídico para alterações, sugeridas pela
128 conselheira. A conselheira Cintia Nowasco sugere o envio desta resolução através do grupo, bem
129 como as manifestações. A Conselheira Isabel Cardoso sugere o envio pelo e-mail e manifestação
130 pelo whatsapp até sexta-feira. Continuando, Sra. Kelly coloca item da resolução 24 que trata da
131 solicitação ao Ministério Público do documento de eficiência e na negativa das entidades em sua
132 solicitação ao Ministério Público, esclarecendo que diante desta situação o CMDCA enviou ofício
133 ao Ministério Público solicitando orientação, porém obteve devolutiva como indeferido,
134 justificando não ser órgão consultivo e que o conselho deve se reportar a Procuradoria Jurídica do
135 Município. Após, a Presidente fez a leitura na íntegra do ofício recebido do Ministério Público. O
136 assessor Guilherme Cechin coloca que o Ministério Público na sua justificativa acerta e erra
137 quando diz ser órgão consultivo mas ao mesmo tempo se contradiz porque se não for órgão

138 consultivo, o papel do Ministério Público seria fiscalizar. ar. Na continuidade o assessor esclarece
139 que para o fornecimento deste atestado o ator deve conhecer o funcionamento destas entidades; ou
140 seja deva ser encaminhado os registros das Instituições e entidades para o Conselho Tutelar ,
141 Promotoria, Ministério Público, de modo que estes autores conheçam o funcionamento destas
142 entidades e possam fornecer estes atestados de eficiência. Sr. Guilherme Cechelero sugere em não
143 retirar este item da resolução mas de encaminhar estes registros aos atores (Conselho Tutelar,
144 Ministério Público, Promotoria Justiça). A conselheira Silvana coloca que não concorda com a
145 postura do Ministério Público esclarecendo que o Ministério Público esta se omitindo enquanto
146 fiscalizador, e deve sim participar deste processo, sugerindo uma consulta ao Conselho Nacional de
147 Justiça, colocando esta divergencia da Legislação e o posicionamento do Ministério Público. A
148 Presidente coloca que informalmente já realizou contato com o Centro Operacional da Infância e
149 Juventude do Ministério Público e foi orientada a enviar ofício solicitando a orientação e sendo a
150 resposta pelo indeferimento, conforme colocou anteriormente. A Presidente sugere não suprimir da
151 resolução este atestado de eficiência e anexar a negativa recebida pela entidade nas documentações,
152 sendo que após o processo de renovação do registro das entidades , encaminhar as documentações
153 referentes para o Ministério Público, Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude.
154 Continuando Sra. Kelly questiona os conselheiros com relação a sugestão apresentada onde foi
155 aprovada por unanimidade e em seguida coloca sobre envio das alterações da Resolução 24 a todos
156 por e-mail.; sugestão também aceita. Na sequencia coloca que os pareceres referente ao pedido de
157 Inscrição deferidos dos Serviços de Convivência do CRAS da Passagem, Sai Bem Viver e CASEP
158 devem ser expedidos as Instituições e os demais pedidos das entidades a comissão esta aguardando
159 as documentações solicitadas. O assessor Guilherme Cechelero pede a palavra sugerindo uma
160 reflexão acerca da importância dos dados (números), que após entrega destas documentações
161 deve-se realizar um estudo destas documentações, ou seja, realizar uma produção de dados, estudar
162 os números destes documentos. A Presidente concorda com a sugestão e diz que o Conselho estará
163 realizando este processo de análise de dados após ser fornecido todas as renovações das inscrições
164 e registros das instituições/entidades. Continuando a Presidente passa para pauta referente ao curso
165 da escuta especializada pago através do Fundo da Infância e Adolescente (FIA); para os membros
166 do Comite da Escuta Especializada; solicitando aos conselheiros presentes que participaram para
167 repassar as informações. A conselheira Cintia Nowasco coloca que o colegiado teve três dias de
168 capacitação , sendo que a comissão no dia 10/12 se reunirá para discutir acerca da capacitação, mas
169 observou-se que o curso foi muito válido; sendo que muitas das informações trazidas a comissão já
170 tinha conhecimento e somou e na parte sobre a diferença entre a escuta, depoimento, revelação
171 espontânea e a importância de ser trabalhado estas questões, bem como o cuidado na escolha do
172 profissional, e o envolvimento de todas as secretarias. Cintia coloca que foi recebido todo material
173 de curso e que poderá estar compartilhando com os demais conselheiros. A conselheira Isabel
174 coloca que o curso teve participação de nove estados diferentes, e foi orientado sobre a criação,
175 execução, monitoramento e avaliação das ações da escuta especializada. A conselheira coloca que
176 na próxima semana a comissão se reunirá para redigir o cronograma de atividades para o próximo
177 ano e a implantação da escuta especializada do município. Dando continuidade relata que foi
178 repassado no curso, orientação sobre o perfil do profissional e qualificação da rede em relação a
179 revelação espontânea, sugerindo no dia 10/12 redigir documento a respeito deste assunto e aprovado
180 pela comissão sera encaminhado reunião do CMDCA, para conhecimento e acompanhamento. A
181 conselheira Rosane Mendes se manifesta colocando que o nosso município esta à frente, sendo o
182 curso bastante válido e importante. Dando sequência a Presidente

184 orientação com relação marco regulatório, parcerias com as organizações da sociedade civil que
185 cabem com relação aos Projetos do FIA. Continuando, a Presidente coloca que , haja visto o
186 adiantar do horário, quando a Procuradoria Geral se manifestar sobre o apostilamento da Joanna de
187 Angelis, se agende uma extraordinária para deliberação deste assunto. Seguindo a Presidente
188 esclarece sobre a Conferencia Estadual, a qual o município não pode participar, porem a
189 documentação solicitada foi enviada, no mesmo e-mail que foi recebido, de uma conselheira da
190 comissão a qual não reenviou a comissão de conferencia,. A conselheira Silvana Zardo se
191 manifestou com relação ao descontentamento dos conselheiros com relação a não participação na
192 Conferência. A Presidente esclarece que este problema não ocorreu somente com nosso município.
193 A conselheira Camille em uso da palavra, esclarece com relação ao fluxo de violência sexual que o
194 serviço de saúde recebe encaminhamentos da vigilância epidemiológica e que não apresentam
195 número grande de violência, sendo que todos os casos encaminhados são atendidos. A Presidente
196 esclarece que sobre a importância da saúde na elaboração dos fluxos o assessor Guilherme sugere o
197 envio de um ofício ao Conselho Estadual acerca do desrespeito do município não participar da
198 Conferencia Estadual cuja sugestão foi aprovada por todos os conselheiros. Após, a conselheira
199 Cintia Nowasco justifica o seu pedido de pauta, o respeito da participação das crianças e
200 adolescentes participarem nas reuniões do conselho, haja visto que as reuniões são abertas, coloca
201 que a Combentu esta articulando esta participação. A Presidente coloca como valido esta
202 participação. O assessor Guilherme Cechelero relata sobre experiência com grupo de adolescentes
203 juntamente com um orientador social na discussão as pautas das reuniões CMDCA . Seguindo a
204 pauta sobre Relatório Conselho Tutelar, a Presidente faz leitura do relatório recebido e coloca que
205 sera enviado aos conselheiros, e acrescenta a mudança no Conselho Tutelar para nova sede. A
206 conselheira tutelar Jamile convida todos a conhecer a nova sede do Conselho Tutelar. Ainda
207 tratando sobre Conselho Tutelar a Presidente explana sobre as dificuldades que o conselho tutelar
208 manifestou em articulação com saúde e educação e que o CMDCA por sua sugestão, se colocou-se
209 como intermediador desta conversa. Porém após análise mais cuidadosa decidiu em não agendar
210 esta conversa, sendo que estara ferindo a autonomia do Conselho Tutelar. A Presidente coloca,
211 acerca da possibilidade da renovação da assessoria do Guilherme Cechelero ao CMDCA, esclarece
212 que este serviço se encerra no mês de Novembro, fechando as 12 assessorias a qual foi contratado.
213 Continuando repassa a informação recebida pelo departamento de compras e licitação acerca da
214 impossibilidade de renovação justificada pela forma de contratação, que ocorreu através de um
215 contrato de serviço com tempo limitado de 12 meses, sendo que caso haja interesse de ambas as
216 partes assessoria-município , no próximo ano deve ser apresentado ao Conselho Municipal da
217 Criança e do Adolescente uma nova proposta de trabalho. Na sequência a Presidente agradece ao
218 assessor pelo importante trabalho junto ao CMDCA a qual foi muito benéfico e positivo e a
219 disponibilidade além da carga horaria sempre que solicitado. O assessor Guilherme Cechelero
220 agradece a todos do CMDCA, Conselho Tutelar, Fundação de Desenvolvimento Social e as
221 Instituições e coloca que seu trabalho deu-se por encerrado e que desta forma as participações nas
222 reuniões da comissão e CMDCA, estaram encerradas. A Presidente deseja boa sorte ao assessor,
223 a conselheira Silvana Zardo também registra seu agradecimento elogiando o trabalho do assessor. A
224 conselheira Cintia Nowasco, manifesta-se enaltecendo o trabalho do assessor, agradecendo pela
225 contribuição. Em ultima pauta, a conselheira Sandra Nazario informa sobre os trabalhos da
226 comissão do FIA que responderam o questionário duas ou três entidades. Seguindo a pauta a
227 conselheira Sandra Nazario, informa sobre os trabalhos da comissão, solicitando destaque em ata,
228 a respeito dos questionários por parte de duas ou três entidades, sendo que impossibilitou

230 tabela referente a 2019-2020 , repassando que foram atendidos oitocentos e trinta e oito crianças e
231 trezentos e noventa e tres adolescentes, quatorze projetos e três mil e uma famílias, coloca ainda
232 que foram números grandes e com poucos recursos, citando como exemplo a Instituição Joanna de
233 Angelis, sendo que estes dados registrados serão utilizados para captar recurso para o FIA. A
234 conselheira também informa que a comissão criou um e-mail para receber estes dados das
235 Instituições e enviar as fotos dos projetos para confecção de um material informativo. Continuando,
236 coloca que a comissão do FIA planeja a elaboração de uma lembrança como camiseta, caneca, para
237 ser entregue nas visitas que a comissão realizar com objetivo de captar recursos. A Presidente se
238 manifesta colocando que teria de analisar junto ao jurídico e se consta no Plano de Ação e
239 Aplicação do FIA tal despesa.. A conselheira Isabel sugere que a comissão envie e-mail solicitando
240 com justificativa para que seja analisado pelo jurídico da FMDS. A Presidente aprova a sugestão da
241 conselheira Isabel e solicita que a comissão envie por e-mail. Sem mais nada havendo a tratar, deu-
242 se encerrada a reunião.

Errata: Na linha 189 a 190 onde se lê “ documentação solicitada foi enviada, no mesmo e-mail que foi recebido, de uma conselheira da comissão a qual não reenviou a comissão de conferencia retifica-se e leia-se “ a documentação solicitada foi enviada por um equívoco para uma conselheira do Município de São Carlos.” As demais disposições permanecem inalteradas.